

PCDF lança Projeto Orfeu para identificar desaparecidos e esclarecer casos antigos

Com uso de biometria, projeto da PCDF recuperou 117 identidades e revisa casos de 30 anos

Por Isabel Dourado

A taxa de registros de desaparecimentos cresceu 4,9% no Brasil em 2024, totalizando 81.873 casos notificados às Polícias Cíveis de todo o país, segundo o Anuário de 2025 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). De acordo com o Fórum, considerando as estatísticas recentes, foram realizadas, em média, quatro notificações de desaparecimento por hora às autoridades policiais.

Os impactos emocionais e psicológicos dos desaparecimentos de pessoas são diversas, intensas e mudam de forma drástica a vida de familiares e amigos que passam a vivenciar um sofrimento profundo e permanente em busca de informações sobre o paradeiro de seus entes queridos. Familiares que convivem com o fenômeno do desaparecimento relatam que passam a vivenciar um luto ambíguo já que não há a confirmação da morte do desaparecido.

Pela Lei que orienta as ações da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas, (13.812/19), considera-se um desaparecido “todo ser humano cujo paradeiro é des-



REPRODUÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Projeto estabelece a um Banco Biométrico de Cadáveres Não Identificados e a implementação de um ciclo de revisão biométrica

conhecido, não importando a causa de seu desaparecimento, até que sua recuperação e identificação tenham sido confirmadas por vias físicas ou científicas através do levantamento de DNA”.

RESOLUÇÃO

Com o objetivo de avançar na resolução dos casos de desaparecimentos no Distrito Federal, a Polícia Civil do DF (PCDF) lançou, na quinta-feira (2), no Instituto de Identifica-

ção (II), o Projeto Orfeu. A iniciativa é voltada à reanálise biométrica de cadáveres não identificados ou identificados exclusivamente na esfera criminal, por meio da aplicação de tecnologias avançadas de comparação biométrica e da integração de bases de dados estaduais e federais.

O projeto concentra-se em registros coletados a partir de 1994, estabelecendo um recorte temporal de três décadas. De acordo com a PCDF,

esse período foi definido em razão das limitações das mídias físicas utilizadas à época, como os papéis de fax, que comprometiam o armazenamento e a leitura de detalhes biométricos.

De acordo com a Polícia Civil, até o momento, a iniciativa possibilitou a recuperação de 117 identidades dentre 409 casos analisados dos últimos 30 anos, evidenciando o potencial da integração entre bases biométricas e da utili-

zação de tecnologias contemporâneas para a resolução de casos históricos de elevada complexidade.

O projeto estabelecerá a formação de um Banco Biométrico de Cadáveres Não Identificados e a implementação de um ciclo contínuo de revisão biométrica, consolidando um modelo permanente de atualização tecnológica e aperfeiçoamento dos processos de identificação humana.

Renata Simões Muller, Chefe do Laboratório de Necropiloscopia do Instituto de Identificação (II), explica que o Projeto funciona colocando um fluxo novo de identificação através da modernização dos sistemas da Polícia Federal, do sistema da PCDF e dos institutos de identificação de todo o país.

“Finalizando o processo de identificação desses 30 anos, o Instituto de Identificação criará, dentro do sistema ABIS [sistema automatizado da Polícia Federal] um banco de cadáveres não identificados, que será utilizado para identificação e cruzamento biométrico de pessoas desaparecidas, dando celeridade a esse processo e dando respostas para a família dos desaparecidos.”

Acolhimento na Penitenciária do DF

Da Redação

Iniciativa de promoção da dignidade humana e da cidadania, o projeto “Movimento que Liberta – Programa de Movimento, Reflexão e Fortalecimento Feminino no Sistema Prisional” realizou seis encontros na Penitenciária Feminina do Distrito Federal.

A ação é fruto de parceria entre o Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Studio MF, o Instituto Recomeçar e a unidade prisional, com foco em fortalecimento físico, emocional e social das participantes.

Ao longo de seis semanas, internas participaram de práticas de movimento consciente, exercícios de respiração, alongamento e fortalecimento corporal, sob orientação da educa-

dora física Márcia Flávia.

As atividades foram complementadas por rodas de conversa conduzidas por promotoras de justiça do MPDFT, com debates sobre dignidade humana, cidadania, vínculos familiares, proteção de mulheres e crianças, responsabilidade pessoal e construção de novos projetos de vida.

O encerramento contou com a presença da juíza da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, Leila Cury, que ressaltou a responsabilização e a preservação da dignidade humana como caminhos para a reconstrução de trajetórias. Segundo a promotora de justiça do Nupri, Vanessa Farias, a iniciativa reforça o potencial de ações na ressocialização.

“Reconhecer erros e cumprir a pena não impede a construção de um futuro diferente”.

@govdf
govdf
Gov_DF
gov_df

NOVA GESTÃO
DO GDF

TRABALHO E CUIDADO
TODOS OS DIAS.

2.158
NOVOS POLICIAIS
NAS RUAS

GDF
CORAGEM PRA MUDAR
PROPÓSITO PRA CUIDAR